

**1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura**  
**Ata da 142.ª Sessão Ordinária**

**Realizada em 1.º de setembro de 1971 — (Quarta-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguiraldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Mantrinato, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva e João Mansur (45); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Paulo Camargo e David Federmann (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a  
**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
**EXPEDIENTE:**

**REQUERIMENTOS:**

Senhor Presidente:

O Deputado que adiante subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Leopoldo Battini, ocorrido ontem, em São Paulo, residente em Londrina, à rua Rio Grande do Sul, 291.

Sala das Sessões, em 1 de setembro de 1971.

(a) — Antônio Belinati

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscrive, requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos um voto de profundo pesar pelo falecimento, em Quatiguá, do senhor Leon Vale,

figura altamente conceituada em todos os meios e decidido colaborador para as lutas que estivessem intimamente ligadas as nobres preocupações do desenvolvimento do Município.

Outrossim, requer o signatário que, da decisão da Casa, seja oferecido conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 1 de setembro de 1971.

(a) — **Aguinaldo Pereira Lima**

#### **Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa um voto de profundo pesar pelo falecimento, em Siqueira Campos, do conceituado e estimado cidadão Lázaro Rufino de Carvalho, descendente de valorosos fundadores desse progressista Município, e dotado de excelsas virtudes cívicas e pessoais, desfrutando por tal efeito, ali, da estima geral da população, ora atingida por tão rude golpe.

Seja oferecido conhecimento da decisão da Casa à família enlutada, para atender seus fins e efeitos.

Sala das Sessões, em 1 de setembro de 1971.

(a) — **Aguinaldo Pereira Lima**

#### **Requerimento**

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — A recente realização, em Fortaleza, do V Congresso Nacional de Vereadores, de cuja reunião importantes decisões foram adotadas, destacando-se, fundamentalmente, a tese aprovada reivindicando o retorno das eleições diretas às Capitais dos Estados;

2 — A brilhante participação da Câmara Municipal de Curitiba, representada no conclave pelos eminentes vereadores Edgard Felipe Dantas Pimentel, João Baptista Gnoato e Arlindo Ribas de Oliveira, os quais com seus conhecimentos e inteligência, souberam bem representar o Estado do Paraná.

Requeiro à Mesa, na forma regimental consigne-se na Ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de regozijo pela conduta dos edis curitibanos, dando-se ciência da decisão da Casa, à Câmara Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 1 de setembro de 1971.

(a) — **Maurício Fruet**

#### **Requerimento**

Senhor Presidente:

A data de ontem, 31 de agosto do corrente, marcou a passagem e a comemoração do exercício efetivo da magistratura, do Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, nascido em 1.º de novembro de 1909, na Lapa, filho de Francisco de Paula Xavier e de Da. Francisca de Paula Almeida. Realizou seus primeiros estudos em sua cidade natal e o curso secundário no Internato Paranaense, bacharelando-se em Direito na Universidade Federal do Paraná, em 1932, tendo, antes desta época, exercido o Ministério Público, já há dois anos.

Em 1933, foi nomeado Juiz Municipal, instalando o Termo de Rebouças. No primeiro concurso de provas realizado para o ingresso na Magistratura vitalícia foi classificado em primeiro lugar e nomeado para a Comarca de Clevelândia, exercendo, ainda, a judicatura nas Comarcas de Frudentópolis, Jacarezinho e União da Vitória.

Desta cidade, no ano de 1953, foi removido para a Capital do Estado, onde exerceu funções na Vara do Tribunal de Justiça do Juri e Execuções Criminais; na 2.ª Vara Criminal e Vara de Órfãos da qual foi promovido para o mais alto posto da Magistratura do Estado, onde exerceu praticamente todos os principais cargos, inclusive o de Presidente, no período de 4 de agosto de 1967 a fevereiro de 1968.

Na Justiça Eleitoral, exerceu os cargos de Corregedor, bem como os de Vice-Presidente e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral.

Ainda, na Justiça Eleitoral, e na qualidade de vice-presidente, representou o Paraná em conclave realizado em Brasília, oportunidade em que todas as suas teses foram aprovadas e adotadas.

Atualmente o Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, encontra-se em pleno desempenho de suas funções em uma das Egrégias Câmaras que compõe o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Isto posto, o Deputado que este subscreve, requer, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, a transcrição do presente requerimento, consignando-se, também, voto de regozijo pela data marcante à justiça paranaense e nacional, pelos exemplos de equidade, equilíbrio e trabalho do homenageado.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado e ao Tribunal de Justiça do Estado, na pessoa de seu eminente Presidente.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1971.

(a) — **Maurício Fruct**

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Dia 31 de agosto comemorou seu jubileu de ouro na vida funcional, o destacado e íntegro Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, uma das figuras de maior relevo e singular destaque da Magistratura paranaense.

Na mesma data o respeitável Desembargador, completou 40 anos de dedicação às lides judiciais, uma existência toda dedicada ao exercício do Direito e na defesa dos ideais de Justiça.

O Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, pelo seu passado de lutas, estoicismo e notável dedicação no cumprimento do dever, tem angariado o respeito e admiração de todos os paranaenses.

Por este motivo, o Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, um voto de regozijo, solicitando a comunicação do fato a S. Exa.

Sala das Sessões, em 1 de setembro de 1971.

(a) — **Antônio Lopes Júnior**

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado infra-assinado, respeitosamente expõe e requer:

Na data de ontem, o Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, completou 50 anos de serviço público, abraçou a seguir o eminente jurista, a Magistratura, na qual milita há 40 anos.

Juiz de carreira brilhante, atingiu a Superior Instância, onde, também, se colocou em posição de destaque, tendo exercido as funções de Presidente do Tribunal de Justiça.

Por motivos tais, a data é sobremodo significativa para a vida pública paranaense, atingindo a todos os seus quadrantes, como exemplo vivo de dedicação, inteligência e probidade, merecendo real destaque.

A vista do exposto, requer, ouvida a Casa, seja consignado em Ata, um voto de regozijo pelo transcurso dessa auspiciosa data e de louvor à ilustre figura de homem público do Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho.

Pede, outrossim, uma vez aprovada esta proposição, seja dado integral conhecimento da mesma, por ofício, ao homenageado.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1971.

(a) — **Domício Scaramella**

### Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta egrégia Assembléia Legislativa,

#### REQUEREM:

1.o — seja inserto, na Ata dos Trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações ao Exmo. Sr. Dr. Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, em virtude do transcurso, a 31 de agosto recém findo, do quinquagésimo aniversário de seu ingresso na Magistratura do Paraná.

2.o — que da decisão supra, seja dada ciência ao eminente homenageado, através de expediente desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 1 de setembro de 1971.

(aa) — Acyr José, Erondy Silvério e Fabiano Braga Côrtes

### JUSTIFICATIVO:

Entendemos oportuno que o Poder Legislativo do Estado manifeste seu júbilo pelo transcurso do quinquagésimo aniversário do ingresso na Magistratura do eminente Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, porquanto tem sido intensa e profícua para a projeção do Egrégio Tribunal de Justiça a atuação do notável jurista que, ao longo de meio século de dedicação exclusiva à causa do prestigiamto da Justiça, tem sabido, com sua cultura jurídica e humanística, dar excepcional brilho às decisões daquela Superior Instância.

Natural da cidade da Lapa, onde nasceu a 1.o de novembro de 1909, descendente de tradicional família paranaense, desde cedo demonstrou pendor para a Magistratura, na qual ingressou após laurear-se em primeiro lugar em concurso de provimento de cargo.

Indo para o interior do Estado, nunca permitiu seu espírito acomodar-se, perquirindo sempre os livros, indagando sempre do fato social e impulsionando-se, assim, no campo de estudo do direito para base de suas sentenças luminosas sempre e verdadeiros honos ao espírito da Justiça.

No Tribunal de Justiça, já como Desembargador, fez sempre prevalecer sua formação humanística e de verdadeiro cultor do direito e da justiça, pelo que, desde logo, fez-se credor da admiração e respeito de seus nobres Pares.

Dai, senhor Presidente e nobres Deputados, entendermos oportuna manifestação do Poder Legislativo por ocasião da efeméride referida, porque ela significará, antes de tudo, o aprêço e o respeito que devotamos ao Poder Judiciário, na pessoa de um nobre, digno e legítimo representante.

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviada por esta Casa, mensagem ao Senhor Governador do Estado solicitando a interferência do mesmo para a alteração do traçado atual da Rodovia PR-4, com as justificativas que abaixo expomos e que traduz a opinião geral do povo guarapuavano.

O programa para construção da Rodovia PR-4, que liga o Centro-Oeste à região Nordeste de nosso Estado, prevê em seu trajeto atual o desvio de rota da cidade de Guarapuava.

Quando no exercício do mandato de Prefeito, no ano de 1967, depois de reunião com as classes produtoras, fomos portadores ao Governo de então, de reivindicação de igual sentido (pleiteávamos o traçado por Guarapuava, o que não redundaria em inconveniências para o Estado).

Por volta das eleições de 1968, o Governador anterior, comunicou-nos que havia determinado a alteração do traçado conforme era a vontade do povo local, o que foi confirmado em telegrama enviado então pelo Deputado Matos Leão.

Este fato teve ampla publicidade na época pelos políticos ligados à área governista. Diante da nova perspectiva que a abertura de uma nova rodovia, ligando regiões até então isoladas, propiciaria, as lideranças nos diversos campos da atividade, convictas de sua missão, foram preparando seus estabelecimentos, quer comerciais ou prestadores de serviços, com vistas à elevação de suas atividades.

Assim foi que surgiram novos e ampliaram-se os velhos estabelecimentos, hotéis, restaurantes, depósitos de distribuição desde combustíveis até o comércio atacado, além de grande número de pequenas e médias empresas de serviços gerais.

Como se isso não bastasse, tem Guarapuava ainda sua posição de terminal ferroviário, além de entroncamento rodoviário para Oeste e Sudoeste do Estado, sul do Brasil e para a Argentina e o Paraguai. Possui a região excelente aeroporto e magníficas condições de comunicações com todo o País e o mundo, sem falar nas agências financeiras, sedes de serviços públicos estaduais e federais, diocese e faculdade. Aliam-se a essas utilidades o tradicional espírito de bem servir e de hospitalidade de seu povo.

A PR-4, que tem seu nascedouro, em nosso Estado, no município de Icaíraima e o seu posterior percurso por Cruzeiro do Oeste, Tuneiras do Oeste, Campo Mourão e Pitanga e destina-se à Capital, passando por Irati e Palmeira, ficaria, pelas razões expostas, com sua importância aumentada se atingisse também a cidade de Guarapuava.

O documento assinado a 1.º de julho, pelo Prefeito de Guarapuava, pleiteando a alteração do traçado daquela rodovia para outro local, se possui algum significado, não é o do interesse do povo guarapuavano, que aspira e reivindica à sua cidade a conexão da PR-4 com a BR-277.

Por todas essas razões e mais as de economia ao erário estadual é que arrazoamos, apelando ao Senhor Governador do Estado, para que fique a favor de Guarapuava, neste episódio, pelo que sua gente sempre lhe será reconhecida.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, tendo em vista a importância dos conceitos emitidos e a propriedade com que o articulista do "Diário do Paraná", na edição de hoje — "Forum Político" — analisou as definições adotadas ao V Congresso Nacional de Vereadores realizado recentemente em Fortaleza.

Considerando, também e principalmente, as inteligentes e objetivas considerações em torno da tese aprovada no referido conclave, reivindicando o retorno das eleições diretas às Capitais dos Estados,

Requer, regimentalmente, a transcrição da referida publicação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, dando-se ciência da direção da Casa ao Senhor Diretor do jornal "Diário do Paraná".

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1971.

(a) — Maurício Fruct

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Senhor João Maurício Nabuco, Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, congratulando-se pela sua decisão em baixar a Portaria n.º 2437, fixando em quarenta centímetros o diâmetro mínimo para o abate de árvores nativas de araucária.

Solicita, outrossim, que o pronunciamento por mim, feito, na tribuna des-

ta Casa, na sessão de hoje, dia 1.º, seja enviado ao presidente do IBDF, de acôrdo com as notas taquigráficas.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1971.

(a) — João Mansur

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, que se encaminhe apêlo ao Senhor Secretário de Obras Públicas, no sentido de que sua Excelência determine providências para a reconstrução de duas salas de aula no Grupo Escolar Herminia Lupion, no município de Sabaudia, que foram demolidos porque ofereciam perigo em virtude de defeitos na sua construção.

Sala das Sessões, em 1 de setembro de 1971.

(a) — Quiêlse Crisóstomo

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, que se encaminhe ao Senhor Secretário de Obras Públicas, apêlo no sentido de suas providências para que seja estendida rede de luz elétrica ao populoso distrito de Bom Progresso, no município de Sabaudia.

Sala das Sessões, em 1 de setembro de 1971.

(a) — Quiêlse Crisóstomo

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja endereçado ao Excelentíssimo Senhor Comandante do 20 RI, Coronel Luiz da Silva Vasconcelos, as congratulações da Casa pela brilhante participação de sua representação na Corrida do Facho, a qual vem de somar a 10.ª vitória consecutiva na grande prova atlética.

O 20 RI, tem se destacado, nas festividades cívicas, não só pelo garbo e disciplina de sua tropa, como pela qualificada intervenção de seus atletas em provas esportivas da melhor expressão.

Outrossim, o requerente, ainda, que aquêle comando transmita, à briosa equipe vencedora, as felicitações mais calorosas dêste Poder pela alta façanha realizada.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1971.

(a) — Paulo Poli

#### PROJETOS DE LEI:

##### Projeto de Lei n.º 191-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia, fundada em 9 de fevereiro de 1962, nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1971.

(a) — João Mansur

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia, Fundada em 9 de fevereiro de 1962, no bairro da Vila Hauer, situado à rua Júlia Cesar Ribeiro de Souza n.º 6, nesta Capital, é uma sociedade civil, de caráter filantrópico,

educativo e de assistência social, cuja finalidade específica é assistência aos indigentes e seus familiares, conforme Estatuto anexo.

**Projeto de Lei n.º 192-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros), a Maria Tereza Soares, filha de Aniceto Soares e Ana Luiza Alves Pereira, residente em Rio Abaixo, Município de Castro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1 de setembro de 1971.

(a) — **Quiélse Crisóstomo**

**JUSTIFICATIVA:**

Paralítica desde os doze anos de idade, Maria Tereza Soares, precisa permanecer em Curitiba, para tratamento médico e não tem as mínimas condições econômicas para isso.

**Projeto de Lei n.º 193-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Assistência, Proteção e Amparo às Meninas Pobres de Antonina, com sede e foro na Cidade de Antonina — Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1971.

(a) — **Maurício Fruet**

**JUSTIFICATIVA:**

A Assistência, Proteção e Amparo às Meninas Pobres de Antonina, é uma entidade assistencial que vem já há dois anos prestando grandes serviços no campo de assistência naquele Município.

Sendo uma entidade sem fins lucrativos, e que visa tão somente proporcionar às meninas pobres daquele Município melhores condições de sobrevivência, e educação.

Para melhor justificar o presente plano de Leis, anexamos cópia dos estatutos sociais, devidamente registrado no Registro de Títulos e Documentos — 1.º Ofício, bem como atestado da Prefeitura Municipal de Antonina.

**Projeto de Lei n.º 194-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Sabaudia, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1 de setembro de 1971.

(a) — **Quiélse Crisóstomo**

**JUSTIFICATIVA:**

Sabaudia é um Município que está experimentando grande progresso e seus jovens, em grande número, para cursarem a Escola de Comércio, são

Obrigados, após árduo dia de trabalho, a se deslocarem para cidades vizinhas para estudarem. Justifica-se porisso o presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

A mesa registra com satisfação a presença, neste Plenário, do sr. Prefeito do Município de Tomazina. Os nossos agradecimentos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Acyr José.

O SR. ACYR JOSÉ — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

É sumamente desvantecedor ao homem público, sentir, bem próximo de si, o calor humano. Há alguns dias passados, tivemos a oportunidade de conhecer o Clube da Soda, Hélio Brandão. Sob a orientação de figuras experientes da nossa comunidade, que vêm se dedicando, numa demonstração de alto espírito de sacrifício — o que eu acho maravilhoso — propiciando gratuitamente às crianças vítimas de estenose, o tratamento complexo, e demorado, destinado à recuperação para uma vida normal. Todos sabemos que a estenose é um estreitamento do esôfago que ocorre pela ingestão de soda; e o que se verifica, lamentavelmente, na maioria dos casos, cujas mães exercem as funções de lavadeira, não tendo conhecimento do perigo, deixando quantidades a fácil acesso dos seus filhos.

A criança ingere a soda, que se assemelha ao açúcar, diluída no leite; a criança fica completamente incapacitada de se alimentar, e também de beber, inclusive água. E se não for socorrida de imediato, pode até vir a perecer. Três vezes por semana é usado o processo desagradável e doloroso de uma sonda com diversas espessuras, e faz-se também o processo da alimentação gradualmente, inicialmente com líquidos, muitos anos após a alimentação com papa, para finalmente chegar a alimentos sólidos. Daí, Sr. Presidente, a nossa participação na Tribuna, no dia de hoje, para externar e evocar neste momento a nobreza dos sentimentos daqueles dirigentes que, deixando de lado ocupações outras, em sacrifício do convívio familiar, dedicando-se com espírito apostolar, minorando as dores do presente e garantindo o futuro de maiores esperanças, de melhores horizontes para as vítimas deste terrível mal; as crianças se submetem a um tratamento longo e dispendioso, cerca de cinco a sete anos e, em muitos casos, se elevam a 10 ou a 12 anos; inclusive ocorrem problemas difíceis. As crianças não querem se reintegrar aos seus pais, a seus irmãos, pela distância que o tratamento requer. No instante, também venho a esta Assembléia Legislativa, para que se tomem providências ou iniciativas no incentivo aos dirigentes daquela entidade que, num trabalho benemérito que exercem, anonimamente têm tão profundo alcance social. Tomamos conhecimento que o nobre Deputado pelo nosso Estado, Deputado Federal Arnaldo Busato, apresentou à Câmara Projeto de combate à soda cáustica. O nobre Deputado, médico e ex-Secretário da Saúde, experimentado e conhecedor profundo deste terrível mal, em boa hora apresentara...

O Sr. **Emílio Carazai** — Sr. Deputado Acyr José, é com toda a simpatia que nós ouvimos seu pronunciamento, e posso dizer... (é interrompido pela Presidência).

O SR. PRESIDENTE — No Pequeno Expediente não é permitido aparte.

O SR. ACYR JOSÉ — Sr. Presidente, falarei no prazo regimental. Como acho profundamente meritória essa instituição, e é bom que citemos que é a única instituição em todo o território nacional, aqui desta Tribuna lerei as metas e os objetivos primordiais que vêm norteando o alertamento às crianças do nosso Estado; primeiro, de coibir o mais possível o perigo que representa a soda cáustica; segundo, de coibir o mais possível a existência de soda cáustica dentro de uma casa.

(Lê):

"Nunca guarde a soda ao alcance de uma criança;



Nunca use soda cáustica enquanto estiverem crianças por perto;

Fure a lata quando jogar fora, pois a soda mantém-se inalterada por anos a fio;

Ao jogar fora a lata, que seja em local não acessível a uma criança, preferivelmente, encha a lata de terra e plante uma flor;

Quando a soda cáustica vier acondicionada em saquinho plástico, queime o saquinho vazio;

Mantenha fora do alcance das crianças todos os recipientes e utensílios empregados para diluir a soda, e até mesmo trapos embebidos em solução de soda cáustica, pois representam um grande perigo;

Melhor ainda, Não Use Soda Cáustica — hoje em dia, com tantos substitutos mais eficazes para a limpeza, dos mais variados tipos, não há neces-

O SR. PRESIDENTE — Está esgotada a hora regimental.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Maurício Fruet, autor de vários pronunciamentos nesta Casa, todos eles feitos com rara felicidade. Em um dia, talvez o último dêses o Sr. Maurício Fruet analisou a situação da nossa Polícia Civil. Um quadro comparativo feito por aquele ilustre Deputado, coloca a nossa Polícia numa situação de absoluta inferioridade para com as demais, não no que diz respeito ao elemento humano, mas sim aos recursos que a eles são destinados.

Verificando, Srs. Deputados, que no mês de maio de 1970, através de uma Lei votada, Lei essa que até hoje não foi cumprida, a Lei que instituiu a FUNDESPOL — é a sigla do Fundo Especial de Reequipamento Policial — esta Lei foi votada em maio de 1970, e tem o número 6.102. Endereçamos, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um requerimento ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Fazenda, a fim de que os Srs. Deputados tenham ciência do que requeiro, e para que possam votar a matéria contida neste requerimento, vamos passar a ler. E entendemos que, se forem cumpridos os dispositivos da lei 6.102, teremos condições de dar à nossa polícia civil, elementos suficientes para que ela possa se equipar, comprando máquinas de escrever; e além do mais, esta importância, grande parte dela, será destinada às Delegacias do Interior, muitas das quais nem máquina de escrever têm. E, quando os veículos andam, a gasolina é posta pelo próprio Delegado.

Nosso requerimento diz: (Lê):

#### " R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja endereçado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda, apelo no sentido de que seja destinado ao Fundo Especial de Reequipamento policial — FUNRESPOL, nos termos do disposto pela Lei n.º 6102, de 27 de maio de 1970, o produto da receita originária da Lei n.º 5482, de 20 de janeiro de 1967, que dispôs sobre a Taxa de Segurança Pública.

É sabido que o Estado, sob essa rubrica, arrecada anualmente cerca de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) que, vinculados por Lei, deveriam ser canalizados para o FUNRESPOL. Acontece, no entanto, — Senhor Presidente — que até o momento tal providência ainda não foi efetivada.

Argumentos em defesa da tese que ora esposamos, são facilmente encontrados em todos os jornais do Estado, onde podemos constatar que, face a um índice alarmante da criminalidade, vê-se no aparelho policial carente de equipamento para a defesa da Segurança Pública.

E, diga-se de passagem, conta-se a nossa Polícia entre as que apresentam um melhor material humano no País. Seu equipamento, contudo, é pouco e

obsoleto. Numerosas Delegacias do interior não possuem sequer máquinas de escrever; em outras a gasolina dos veículos — quando existem — é paga pelo próprio Delegado.

Justamente neste momento, quando a opinião pública se recente da onda de assaltos, arrombamentos e atentados que têm ocorrido nesta Capital, quer nos parecer da maior oportunidade a medida que solicitamos.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1971.

(a) Neison Buffara"

Viram, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o que a Polícia Civil arrecada, no Estado, cerca de 5 milhões de cruzeiros, é uma importância significativa que, se fôsse retornar à Polícia Civil, como manda a lei datada de maio de 70, teria esta condições sobejas de reequipar-se, dando a seu pessoal condições de locomoção mais fácil e, inclusive, destinaria verbas às Delegacias do interior, para que pudessem se desincumbir melhor de sua missão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Poli, terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há dias passados estávamos nesta Tribuna, trazendo ao conhecimento desta Casa uma catástrofe que havia ocorrido no Município de Iporã; eis que uma violenta tromba d'água havia destruído seis grandes pontes no Município, e diversos atêrros ligando aquela Comarca com vários Distritos e outros Municípios.

No instante em que fazíamos, desta Tribuna, a comunicação desta calamidade, já havíamos encaminhado a diversos setores do Estado comunicação dessa ocorrência, com apêlo paralelo oriundo do povo e do Prefeito daquela região, como também por iniciativa nossa.

É com satisfação, Sr. Presidente, que ocupamos, na tarde de hoje esta Tribuna, para proceder à leitura de um ofício que pessoalmente recebemos do Prefeito de Iporã cujo conteúdo é o seguinte:

"Tenho a grata satisfação de comunicar a V. Exa. que as obras de recuperação de montes e atêrros destruídos recentemente por uma tromba d'água que ocorreu há dias atrás, está já em fase de conclusão.

Cumpre-me, Sr. Deputado, por intermédio de V. Exa., agradecer o pronto atendimento que este Município recebeu do Exmo. Sr. Governador do Estado, Haroldo Leon Peres, no exato momento, atendendo com rapidez e eficiência ao povo de minha região.

(a) — Paulo Poli"

Quero, nesta oportunidade, externar o reconhecimento, em meu nome e do povo de Iporã, ao Exmo. Sr. Dr. Cássio Macedo, Secretário de Viação e Obras, e ao Exmo. Sr. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos, do D.E.R., que nos atenderam com tanto carinho e rapidez, no envio de máquinas e veículos.

Nesta oportunidade reitero a V. Exa. os protestos de elevada estima e irrestrita consideração".

De posse deste ofício, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós achamos por bem enviar à apreciação dos eminentes companheiros com assento nesta Casa, e desta douta Mesa que dirige nossos trabalhos, um requerimento cuja leitura passaremos a proceder. (Lendo):

#### "R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições parlamentares requer na forma regimental o seguinte:

1.º — Que se registre na Ata dos trabalhos de hoje ofício ao Senhor Augusto Gonçalves, Prefeito de Iporã, cuja cópia anexamos.

2.º — que se faça constar também, meus agradecimentos pessoais, aos Exs. Srs. Drs. Cássio B. Macedo, da Secretaria de Obras e ao Dr. Wilson B. dos Santos, do DER., pelo pronto atendimento que deram ao povo de Iporã,

quando aquele Município fôra atingido por catástrofe que destruiu várias pontes e aterros. ~

Que após a aprovação dêste se de ciência com agradecimentos, também, da Casa ao Exmo. Sr. Governador Haroldo Leon Peres e aos homenageados supra citados.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 1971.

Eram estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as razões que nos trouxeram a esta Tribuna, para, publicamente, em nome do Prefeito e do povo que representamos, agradecer as providências tão prontas, tão rápidas, tão eficientes, de S. Exa. o Sr. Governador do Estado. Porque, há necessidade que se divulgue aqui, também o que o Governo tem feito pela sua gente, pelo seu povo. Porque, o que temos observado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que há uma vontade quase sistemática de se fazer críticas, às vezes absurdas, como aconteceu há poucos dias, quando se criticava o Governo por razões que, éle, absolutamente, não conhecia. Criticava-se o Governo por ter deixado de aprovar um pedido para funcionamento de uma escola quando aquela mesma escola estava em pleno funcionamento.

Então, para que não se cometam essas injustiças, necessário se faz que se traga, a Casa, fatos comprobatórios como este.

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos, hoje, a ocupar a Tribuna do Poder Legislativo do Estado do Paraná, com o objetivo de endereçar ao Sr. Governador do Estado um novo apelo, em nome de milhares de serventes contratadas no Paraná. Um problema que está acarretando uma crise social, porquanto as mulheres que operam no serviço de limpeza dos estabelecimentos escolares do Paraná, em que pese estarmos iniciando o mês da primavera, o mês de setembro, no Interior do Paraná, as serventes contratadas, transcorridos já oito meses do ano de 1971, essas dedicadas e abnegadas servidoras, so receberam, até agora, um pagamento equivalente a um único mês de salário. E como recebem apenas uma importância que não chega a ser o próprio salário mínimo, com essa demora, nos estamos vendo serventes já não tendo mais o que comer em casa, porque muitas são viúvas; outras são mulheres que, embora ganhando tão pouco, ainda vêm que sustentar o marido que, as vezes, já é velho, cansado, e, outras vezes, doente.

Na Capital do Paraná, o Governo providenciou o pagamento de dois meses para as serventes contratadas.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em todas as viagens que realizamos para o Norte do Paraná, dezenas de serventes vêm ao nosso encontro, desesporadas, pedindo algumas informações, alguma orientação sobre o dia em que vão receber o restante dos meses que ficaram para ser acertados pelo Governo do Estado do Paraná.

Já vimos srs. Deputados, serventes com as lágrimas caindo dos olhos; muitas tiveram a conta do padeiro cortada, tiveram a conta do empório cortada, muitas já não têm dinheiro para dar leite aos seus filhos que acordam, pela manhã, com fome, precisando ser alimentados.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é bem verdade que viemos já várias vezes a esta Tribuna com o mesmo apelo, e voltamos a repetir e, se o fazemos com insistência, é porque a situação das serventes justifica plenamente nossa presença na Tribuna, para cobrar do Governo do Estado do Paraná o pagamento, mais em dia, dessas senhoras que são tão humildes, que não ganham nem o próprio salário mínimo, que não ganham nada durante as férias, que não têm direito a médico ou hospital. Mulheres que, quando caem doentes, não têm a menor proteção por parte do Governo do Estado do Paraná, uma classe totalmente desprotegida. Voltamos aqui, em

nome desta gente humilde e laboriosa, para apelar ao sentimento cristão do Sr. Governador do Estado, para que pague com urgência às serventes contratadas, que estão prestando serviço e apesar de estarmos já no mês de setembro, as do interior só receberam um mês de ordenado e as da Capital, só receberam dois meses: (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realizou-se recentemente em Fortaleza o 5.º Congresso Nacional de Vereadores e entre as inúmeras teses submetidas à apreciação do plenário, uma delas foi aprovada por unanimidade de seus participantes, tese essa que defendemos há muito tempo, tese essa que retrata também o pensamento, tenho absoluta certeza, de muitos Deputados que compõem este Poder Legislativo. Essa tese diz respeito ao retorno às eleições diretas nas Capitais dos Estados. Houve uma posição unânime dos Vereadores, de todos os Estados brasileiros ali representados neste Congresso, aprovando essa tese e encaminhando-a às autoridades competentes, para que fosse estabelecido o critério das eleições diretas na Capital do Estado.

Por esta razão e por esse motivo, o jornal "Diário do Paraná", na sua edição de hoje, na coluna "Forum Político", tece importantes comentários a esse respeito, salientando que desde a Constituição anterior, passaram a ser nomeados os Prefeitos das Capitais pelos Governadores de Estado, uma vez aprovada, é claro, a indicação do seu nome pela Assembléia Legislativa.

(Lendo) — "Trata-se, obviamente, de uma tese lógica, se considerado que o eleitorado das metrópoles estaduais é sempre o maior e, pelo menos teoricamente, o de maior capacidade política, não se justificando, assim, pelo aspecto do exercício do voto que fique sem o direito democrático que se assegura constitucionalmente mesmo ao eleitorado dos mais subdesenvolvidos e menores Municípios, o de eleger diretamente seu governante municipal".

Vejamos Curitiba com 600 mil habitantes, com 260 mil eleitores não tem capacidade, não pode eleger seu Prefeito, enquanto que ao lado da Capital, vários Municípios, como Quatro Barras, com aproximadamente 2 mil eleitores tem esta condição e esta possibilidade.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — O argumento que V. Exa. usou aí, como possível para se pedir a eleição direta dos Prefeitos das Capitais não se justifica e não procede.

Acho pessoalmente que a Revolução de Março de 1964 procurou resguardar sua autoridade, impedindo a eleição direta dos Governadores, dos Prefeitos das Capitais, dos Municípios por razão de Segurança Nacional, de fronteira, e alguns Municípios de valor estratégico, como os principais Portos do País.

Justificava-se esta medida no início do Movimento Revolucionário para garantia do sistema. Estou de pleno acordo com os ex-Presidentes, saudosos por sinal, Castelo Branco e Costa e Silva, que a Revolução se cercasse dessas medidas a fim de evitar que o saudosismo, um sistema repudiado por todo o povo brasileiro, que a Revolução pôs por terra, pudesse manifestar-se nas eleições diretas na escolha de Prefeitos das Capitais e de Governadores.

A Revolução fez tanto por este País nestes sete anos — recuperou-o financeiramente, promoveu o desenvolvimento enfim tantas foram as conquistas que meu aparte seria longo e desnecessário porque o povo brasileiro, pelo aprêgo que tem pelos homens da Revolução, das Forças Armadas e o atual Presidente da República, já deu o seu aval ao Movimento Revolucionário. Seria, portanto, fastidioso, longo e inoportuno estarmos aqui contando tudo que a Revolução fez.

Não se justifica mais este medo da Revolução, não se justifica. Estou, parcialmente, contra a Revolução de 1964 quando impede que o povo de uma Capital escolha seu Prefeito. Impõe a esse povo técnicas sem alma, sem calor humano, que não sentem o povo, que tomam medidas meramente técnicas deixando de lado, como de hábito, os anseios e o clamor do povo.

Isto não se justifica numa Capital como a nossa. Nós que conhecemos Curitiba tão bem, com seus problemas, com seus bairros abandonados sabemos que o atual Prefeito, embora um arquiteto brilhante, um engenheiro brilhantíssimo, não conhece as vilas de Curitiba. S. Exa. está se preocupando somente com obras de fachada no centro da cidade, fechando o tráfego na rua 15 de Novembro, transformando-a em uma rua apenas para o tráfego de pedestres.

São homens como esse que a Revolução está nos impingindo, impingindo ao povo de Curitiba. Não se justifica esse receio da Revolução, se hoje, o Presidente Médici apoiar um candidato para um cargo eleitoral, será eleito, porque o povo em sinal de reconhecimento pelo que este homem tem feito pelo País, irá, naturalmente, sufragar o nome do seu candidato. Portanto, estou visceral e frontalmente contra a Revolução de Março de 1964, que não permite que o povo das capitais escolha os seus Prefeitos. Já há eleições para Governadores, sabemos que as eleições serão diretas em 1974, e até agora a Revolução agiu certo, escolhendo os Governadores, porque é um cargo muito importante, é um cargo em que se precisa, realmente, um técnico, precisa-se realmente de um homem que esteja afinado com o sistema vigente, o sistema revolucionário, mas nas Prefeituras das Capitais — que me desculpe a Revolução —, justifico nos municípios de fronteiras por razão de segurança interna, mas nos municípios das Capitais, que me desculpe a Revolução, mas está cometendo um grave erro e uma ofensa à liberdade do povo que vive nas capitais. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa. e, na realidade, infelizmente, por paradoxal que possa parecer, justamente nas cidades brasileiras que reúnem melhores condições de informação, que oferecem maior possibilidade para que os candidatos à prefeitura possam expor tranquilamente os seus pontos de vista, possam sensibilizar de tal forma o eleitorado com mais facilidade, sem os grandes problemas que muitas vezes se verificam no Interior do Estado, justamente nas capitais dos Estados, se tolha este direito legítimo do povo em eleger os seus representantes.

O Sr. Erazdy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Não queria cortar o brilhante raciocínio de V. Exa. mas, está aí no noticiário de toda a imprensa nacional, as expressões infelizes do atual Prefeito da cidade de São Paulo, dizendo que São Paulo precisa parar, e a pedir que ninguém mais vá residir em São Paulo, que São Paulo precisa parar, que São Paulo não tem mais condições de dar condição humana de vida aos seus habitantes. Ora, isso só pode partir da cabeça de um técnico, isto nunca pode partir da cabeça de um homem que tem vivência com o povo! Imagine V. Exa., imagine a Casa e imagine o povo de São Paulo, se São Paulo parar! O que será do Brasil? A cidade de São Paulo que contribui com 60% das nossas exportações, cujo parque fabril e industrial é o maior da América do Sul, Imaginem, o Prefeito de nomeação vir dizer que São Paulo precisa parar! Aí é que reside o erro dessa tática adotada hoje, de não se permitir eleições diretas dos Prefeitos das Capitais!

O SR. MAURÍCIO FRUET — Mas nós acreditamos que com este período de tranquilidade, de paz e de prosperidade que V. Exa. bem ressaltou no seu aparte, implantado na Nação Brasileira, haja condições, em breve, de se restabelecer o direito do povo das capitais e dos Estados, de elegerem os seus Prefeitos porque, conforme já frisamos, as capitais dos Estados já oferecem, sem sombra de dúvida, maiores condições de comunicação dos candidatos com seus eleitores. As capitais dos Estados oferecem, sem sombra de qualquer dúvida, as possibilidades de, com esse contacto direto em

função dessa mesma comunicação, possibilitar a que o povo possa escolher os melhores, e saiba condignamente depositar o seu voto.

**O Sr. Álvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).** Nobre Deputado, achamos realmente oportuno esse movimento que se esboça, fazendo ver ao Governo Federal o anseio de todo o povo, de ter a oportunidade, também nas capitais, de escolher o seu governante. Quem defende democracia defende voto direto em todas as oportunidades, para todos os cargos. Desnecessário seria afirmar sobretudo nós que pertencemos ao MDB, que nossa linha de conduta sempre foi pautada pela defesa intransigente dos princípios democráticos. E só poderemos configurar uma democracia autêntica e real quando o povo tiver a oportunidade de escolher os seus governantes em todas as escalas. Porque em democracia todo poder emana do povo.

De outra parte, estamos perfeitamente de acordo com a opinião do deputado Erondy Silvério, e entendemos também que o homem público só traz a sensibilidade humana necessária em nossos dias quando ele é proveniente do povo, quando o mandato lhe é conferido pelo povo. Só assim sentirá realmente a necessidade de agir sempre com o espírito voltado para o homem e sobretudo, trazendo em si, aquela vontade de servir à humanidade. Muito obrigado.

**O SR. MAURÍCIO FREIRE —** Nós, que agradecemos o aparte, gostaríamos de acrescentar que de forma alguma a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao saber e ao tomar conhecimento de que tão importante tese aprovada no Congresso que reuniu representantes das Câmaras Municipais de todo o Brasil, recentemente em Fortaleza, solicitando e aprovando uma tese no sentido de que fosse restabelecido o sistema vigente nas Constituições anteriores, e possibilitando também ao povo das capitais, elegerem seus representantes, não poderia esta Assembléia se omitir de um fato que reputamos como da mais alta importância.

**O Sr. Igo Losso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).**

Agradeço a gentileza de me conceder este aparte, e quero dizer que estou ouvindo com interesse a exposição de V. Exa. mesmo porque tendo em Curitiba, Capital do Estado, a minha maior base eleitoral, a tese me interessa sobremaneira.

Em tese, nobre Deputado, sou favorável a que dentro do regime democrático, todas as eleições sejam feitas através do voto popular. Mas, por outro lado, V. Exa. sabe, como toda Casa sabe, como todo o Brasil, de que nem sempre o método popular é o mais adequado para o aperfeiçoamento democrático. E antes da Revolução de 64, nós temos a afirmativa quando dizemos que os homens escolhidos pelo voto popular faziam a nossa Nação desambar para caminhos diversos da verdadeira democracia.

Agora, a Revolução, como muito bem frisou o nobre deputado Erondy Silvério, já se firmou no conceito popular. Tenho certeza de que dentro de breves dias esta tese aprovada irá encontrar guarida através do nosso Comandante Supremo, o Gal. Emílio Garrastazu Médica que, inegavelmente, é o condutor deste País. É um homem democrático, é um homem humano e sensível às aspirações populares.

Agora, o que não concordo é de que isto seja feito a toque de caixa pelo simples fato de que se entenda que o voto popular é o mais adequado nas contingências em que estamos vivendo.

Ora, o Governo tem as suas condições para saber a hora oportuna e adequada para que o Brasil prossiga na sua verdadeira democracia. Aí está o Serviço Nacional de Informações e outros órgãos informativos, conhecendo as tendências do nosso eleitorado, conhecendo da capacidade dos nossos homens, para que dentro de pouco, como em outros países mais adiantados e democráticos, o nosso País esteja sendo conduzido diretamente pelo voto popular.

Acho e entendo de que, em breve, a própria Revolução se encarregará

de enquadrar este País nos seus devidos termos, quando houver a compreensão popular dos verdadeiros destinos da nossa Pátria, que creio, já está bastante avançado e já está perfeitamente concientizado do povo brasileiro. Era o aparte.

O SR. MAURICIO FRUET — Obrigado pelo seu aparte, mas eu gostaria, antes de conceder o aparte ao nobre Deputado Sebastião Rodrigues, dizer ao nosso eminente deputado Igo Losso que V. Exa., ao concordar com o que afirmou o deputado Erondy Silvério, V. Exa., por certo também concorda que seja restabelecida as eleições nas Capitais dos Estados brasileiros, seja restabelecida porque o clima de tranquilidade, de prosperidade, de paz tão almejada por aqueles que dirigem os destinos da Nação brasileira, já foram encontrados e não se justifica, sr. Presidente, srs. Deputados, porque em Municípios muito menores do que o das Capitais dos Estados, em Municípios onde não há possibilidade de comunicação de candidato, há necessidade de possuir grande cobertura financeira para enfrentar uma campanha, é paradoxal e inviável e não se pode admitir que neste Município haja eleição direta e nas Capitais, onde a comunicação é mais fácil, há maior tranquilidade, o eleitorado possui esta dificuldade. Por outro lado, com relação ao problema de pessoas que foram mal escolhidas pelo voto popular, pela opinião do sr. Paulo Poli, é claro são exceções à regra. V. Exa., mesmo se recorda que os últimos eleitos pelo voto popular em Curitiba realizaram brilhantes administrações, tanto é que um deles, graças a sua administração à frente porque receberam uma consagração e uma homenagem do povo pela sua boa administração à frente do Poder Público Municipal de Curitiba. Um elegeu-se Governador do Estado do Paraná pela sua boa administração e o outro que o substituiu recebeu também a mesma confirmação, sendo escolhido para integrar como representante do nosso Estado, um dos mais importantes Ministérios. O povo sabe escolher, principalmente o povo das Capitais dos Estados, principalmente o povo de Curitiba, que nas suas duas eleições alçou ao cargo executivo pessoas de mais alta responsabilidade, e que mereceram, posteriormente, o apoio e o aplauso popular.

O Sr. Igo Losso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Queria dizer que concordo em aparte com a tese do nobre deputado Erondy Silvério. Não quero que V. Exa. a coloque em termos totais, porque o atual Prefeito Jaime Lerner, que foi escolhido por métodos indiretos, é um grande Prefeito e discordo quando S. Exa. entendo de que ele estaria fazendo uma administração de fachada como também quero dizer que se pelo voto popular, há exceção na parte que se diz ao acerto das escolhas, podendo haver através do voto popular uma escolha errada como pelo voto indireto, através da Revolução, porque todos são humanos e pode haver um erro nesta parte mas eu quero dizer a V. Exa. que o que a Revolução está fazendo neste sentido acho perfeitamente válido e entendo que tudo que é feito é no sentido de melhorar as condições de nossa democracia brasileira.

O Sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Inicialmente, apenas para consignar a minha discordância à tese expressada pelo nobre Deputado Igo Losso, entendo que S. Exa. se aprofundar um pouco mais o seu pensamento quanto à inconveniência do método direto da escolha dos governantes, vai acabar concordando pela total falta de significado do seu mandato como o meu ou o de V. Exa. e de todos os Deputados que se encontram nesta Casa, porque nós fomos escolhidos pelo povo em voto direto. Então, a tese do nobre Deputado Igo Losso é muito perigosa porque aceito o seu pronunciamento, estará invalidado o seu mandato e de todos que têm assento nesta Assembleia. Quanto ao assunto que V. Exa. abordou da Tribuna, entendo que a escolha dos Prefeitos das Capitais, pelo sistema indireto, por voto indireto, está de forma muito estreita, ligada à escolha indireta do Governo do Estado, porque o Governo jamais admitiria um Governador eleito por forma direta, porque a eleição do Prefeito da Capital, porque um Prefeito de uma Capital eleito pelo voto direto, teria muito

maior liderança popular, do que qualquer Governador escolhido de forma indireta. Este é um grande problema. Indiscutivelmente, o Governador do Estado do Paraná, escolhido pelo Presidente da República, se comparado com o Prefeito de Curitiba, escolhido pelo voto direto, em termos de liderança popular, ninguém poderia estabelecer sequer um paralelo — isto entendo eu, o fundamento da escolha também dos Prefeitos da Capital. Fala-se muito que as eleições de 74 serão realizadas para escolha de Governadores, pelo sistema direto. Pelo menos é o que diz a Constituição. Se isto de fato ocorrer, se se confirmar o que está previsto na Constituição, eu acredito na viabilidade.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Aliás, — V. Exa. permite só um reparo prévio? Inclusive o nosso Partido, o Movimento Democrático Brasileiro já tem um candidato ao Governo do Estado; no Estado do Rio de Janeiro, conforme os jornais amplamente noticiaram.

O Sr. Sebastião Rodrigues — Pois bem. Então, se de fato, for observado o que dispõe a Constituição e se Governadores dos Estados forem escolhidos, em pleito direto, eu acredito na viabilidade da tese que V. Exa. propõe desta Tribuna.

E, finalizando, feito este reparo, gostaria de, mais uma vez, ressaltar a tese esposada pelo nobre Deputado Igo Losso, eu acredito na imperfeição da escolha popular. Mas acredito que, apesar desta imperfeição, o voto direto ainda é o melhor sistema, porque ele implica no consentimento popular; ele implica na direta participação do povo e, em decorrência, na direta responsabilidade do povo na escolha dos Governantes. E, tanto isto é verdade que mesmo aqueles que chegam ao poder, sem o apoio do povo, buscam com sofreguidão esse apoio. Nós vemos isso diretamente nos programas de rádio; nas emissoras de televisão. Nós vemos a busca do Governo, pelo apoio popular; só ela legítima, perante a história, os Governos; esta é a grande verdade e não há como fugir dela. Pode-se chegar ao Governo sem o apoio do povo mas jamais se fará parte da história, sem este apoio.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa. e concedo o aparte ao Deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — Nobre Deputado, gostaria apenas de esclarecer um ponto que eu abordei no meu aparte e que o nobre deputado Sebastião Rodrigues talvez não tenha entendido perfeitamente aquilo que eu procurei expressar.

Disse que sou favorável, em tese, às eleições diretas, na hora em que a Revolução assim o entender. Porque entendo e penso que a Revolução tem condições suficientes para saber quando essas eleições deverão ocorrer.

Agora, em tese, pessoalmente, particularmente eu sou favorável. Agora, quero ainda ressaltar de que nós estávamos discutindo o problema da eleição para cargos executivos. Nós não estávamos abordando problemas legislativos. Mesmo com a Revolução não houve nenhum Deputado, nenhum Senador, nomeado. Todos foram eleitos pelo voto. Portanto, não houve solução de continuidade ao sistema que se adota neste País.

Portanto, não haveria qualquer invalidade em relação ao meu ponto de vista, no que concerne ao Poder Legislativo, que eu vejo perfeitamente viável mesmo porque através do método indireto foi esta Assembléia quem referendou o nome escolhido para o Governo do Estado do Paraná e de outros Estados da Federação.

Por isso, gostaria que ficasse consignado este ponto de vista, nobre Deputado, que sou perfeitamente favorável à eleição pelo voto em todas as camadas, para todos os cargos, para todos os postos. Mas desde que esta eleição venha na hora oportuna, para que o nosso País não venha retroagir; mas que possa avançar nesta mesma direção salutar imposta pela Revolução de 64.



O SR. MAURÍCIO FRUET — Pois não. Agradeço o aparte de V. Exa. e concedo o aparte ao deputado Álvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Muito obrigado nobre Deputado Maurício Fruet.

Quero crer que tenha sido infeliz o nobre Deputado Igo Losso, quando generalizou, afirmando que os homens escolhidos pelo voto direto, antes, de 64, levavam o País à bancarrota. Tivemos e devemos um dever de gratidão a muitos homens que, antes de 64 receberam o voto do povo e corresponderam a esse voto. Devemos respeitar e sobretudo reconhecer o trabalho de muitos brasileiros, há muitos anos, e em várias épocas que prestaram inestimáveis serviços ao nosso País. Não podemos, de forma alguma, generalizar. Se muito poucos realmente não contribuíram para o progresso deste País, existirão outros tantos que trabalharam em benefício do progresso e do desenvolvimento. Também não posso compreender a afirmativa do nobre Deputado da ARENA, quando salienta estar de acordo com eleições diretas assim que a Revolução entender. É minha opinião particular. E todos nós, ocupantes de um cargo público, devemos encarar os fatos e assumir responsabilidade. Também nós devemos opinar quando da oportunidade da eleição direta ou não. Não podemos fugir a esta responsabilidade. Não podemos deixar única e exclusivamente a cargo do pensamento daqueles que hoje dirigem o País. Não podemos fugir à responsabilidade. Devemos ter coragem suficiente e assumir a responsabilidade, opinando favoravelmente ou contra as eleições diretas.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Obrigado.

Eminente Deputado, foi nosso propósito e também foi nosso objetivo, ao trazermos à Casa, à Assembléia Legislativa do Paraná a resolução, a tese aprovada no 5.º Congresso de Vereadores realizado recentemente em Fortaleza, não deixar que a Casa se omitisse em torno de tão importante problema para a vida política nacional. Isto, em primeiro lugar e, em segundo, se prestar uma homenagem aos Vereadores que representaram tão brilhantemente o Paraná naquele Conclave e que fizeram com que as teses paranaenses fossem aprovadas.

O Sr. Igo Losso — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Querria esclarecer dois pontos que o deputado Álvaro Dias abordou. Não generalizei, em primeiro lugar.

Os Senhores Deputados poderiam apanhar as anotações taquigráficas e veriam, inclusive, que ressalvei a possibilidade de acerto ou não do voto popular, como ressalvei a possibilidade de acerto ou não da escolha indireta feita pelo movimento revolucionário. Em segundo lugar, S. Exa. fala que devemos assumir a responsabilidade quanto à posição que deveremos adotar ou não. Ora, a Revolução é irreversível e isto está escrito em todos os lugares e no coração do povo brasileiro. Revolucionários são todos que integram o País, que comungam do mesmo desejo de progresso para a Nação, dentro dos princípios democráticos e cristãos. Portanto, estou dentro deste movimento, estou participando e apoiarei as decisões que são nossas. As decisões da Revolução de 64 são do povo, que assim quis e deverão nortear a Nação.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Realmente, as decisões do Governo são decisões nossas. Porque, de uma forma ou de outra, todos nós participamos, direta ou indiretamente, da vida da Nação, do Estado, do Município. Nós, que temos contacto quase que diariamente com o povo da Capital do Estado, nós, que sabemos de suas reivindicações, que sabemos de seus pensamentos, não temos dúvida alguma em aprovar, em aplaudir as teses aprovadas por unanimidade no Congresso Nacional de Vereadores, porque elas realmente expressam a mais lídima vontade popular e é nossa obrigação levarmos estas reivindicações populares, levarmos os reclamos do povo a quem têm obrigação de dirigir os destinos da Pátria, dos Estados e dos Municípios.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Ilustre Deputado Maurício Fruet, quero inicialmente congratular-me com o

pronunciamento de V. Exa. e nele inserir, se V. Exa. o permitir, também meu ponto de vista, que é de apiauso aos Vereadores paranaenses que levaram a tese da eleição direta para os Municípios das Capitais. Não será no passivismo, não será nas atitudes omissas, esperando que os outros façam, esperando que os outros determinem, que nós consolidaremos o processo democrático no País. Será por este meio, porque não são os passivos que levam a evolução política e social às nações, são os ativos, aqueles que sempre discordam, aqueles que têm teses evoluídas. E por isso, congratulo-me com V. Exa., com os Vereadores de Curitiba que, corajosamente, abrem o debate dessa importantíssima questão, que é a eleição direta nas Capitais. Ou temos uma democracia ampla, total, para todos os brasileiros, ou não temos democracia. Esta fantasia não nos satisfaz e nem há de satisfazer nenhum homem com índole eminentemente democrática.

O SR. MAURICIO FRUET — Continuando, agradeçemos o aparte formulado pelo nobre deputado Nivaldo Krüger. E concedo aparte ao deputado Alvaro Dias.

O sr. Alvaro Dias — Apenas, nobre Deputado Mauricio Fruet, para afirmar que continuamos com nosso ponto de vista. O fato alegado pelo nobre deputado Igo Losso que participar do movimento revolucionário, de concordar com os ideais do movimento revolucionário, não quer dizer que, por concordar, por participar, deva se omitir.

O Deputado Nivaldo Krüger muito bem o afirmou, não podemos apenas ficar concordando, dizendo amém a tudo. Não é porque dizemos participar do movimento revolucionário, concordar com o movimento revolucionário que ficaremos, eternamente de braços cruzados, aguardando as decisões, concordando com elas, sejam em qualquer sentido.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço e concedo aparte ao deputado Nivaldo Krüger.

O sr. Nivaldo Krüger — Agradeço a excelente oportunidade que V. Exa. me concede, demonstrar à Casa e lembrar a V. Exa. aquilo que nosso Partido, aquilo que o MDB vem dizendo ao Brasil, cumprindo sua missão histórica, relembrar isto, agora, aqui na Assembleia, já que V. Exa. ressalta uma atitude viril dos Vereadores de Curitiba. Veja, ilustre Deputado, o que é resultado do passivismo das lideranças políticas acomodadas, daqueles que aceitam as coisas feitas, que aceitam as coisas falsas, que não se insubordinam contra aquilo que não é justo, que não é certo. Está aqui o exemplo publicado no "Diário do Paraná", a gasolina, mais uma vez, subindo, 7,6%, esta é a quarta vez que a gasolina subiu, este ano, em nosso País, totalizando 31%. E, diariamente, está o Governo a dizer que a inflação é apenas de 20%. É esta a razão que temos de esboçar, em nome do povo brasileiro para que pelo menos haja mais crítica, mais responsabilidade da parte daqueles que governam, menos despropósito, mais respeito à opinião pública, quando dizem que a inflação está sendo contida, que é apenas de 20%, quando nós, no meio do ano, já temos neste mês a elevação da gasolina, produto fundamental à economia nacional, da ordem de 31%. Certamente, a prosseguir neste índice, iremos a ele até o final do ano.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço a V. Exa. seu aparte.

Sr. Presidente, srs. Deputados, mais uma vez reafirmo o propósito que nos trouxe a esta Tribuna na sessão de hoje, de marcarmos posição nesta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de enaltecermos a Casa do Povo araucariano, salientando o episódio ocorrido no 5.º Congresso Nacional de Vereadores, realizado em Fortaleza — Ceará, quando por unanimidade foi aprovada a tese solicitando retorno às eleições diretas para a escolha dos Prefeitos das Capitais dos Estados brasileiros, reivindicação justa, que pode e deve ser acatada, porque efetivamente a Nação brasileira atravessa um período de paz, harmonia e tranquilidade. — Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Conceda a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacchi.

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Poli. Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOAO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero apenas, nos poucos minutos que restam da Hora do Expediente, fazer um registro nesta Casa, um registro de justiça a um homem que teve a coragem necessária de tomar uma medida de grande alcance para a economia do Estado.

Encontramos na imprensa de nossa Capital o seguinte título: "LIMITE DO ABATE É DE 40 CM".

"Após ouvir denúncias de madeireiros, industriais, funcionários e a Delegacia Regional do Paraná, o Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, João Maurício Nabuco, baixou portaria que fixa em quarenta centímetros o diâmetro mínimo para o abate de árvores nativas de araucária angustigólia (pinheiro paranaense).

Afirmou o sr. João Luiz da Veiga Netto, Delegado no Paraná, que esta foi a medida corajosa do Presidente do Instituto, "pois a mesma irá desconter as grandes indústrias de pasta mecânica, celulose e papel". Durante a existência do Instituto do Pinho, afirmou o Delegado, já era proibido o corte indiscriminado do pinheiro, mas na gestão do coronel Silvío Pinto da Luz a lei ficou sem efeito.

A Portaria n. 3.367-DF, baixada pelo presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal tem o seguinte teor, em sua íntegra:

Are. 1.º — É fixado em quarenta centímetros o diâmetro mínimo para o abate de árvores nativas de "araucária angustifolia" — Bert. O. Kuntze — (pinheiro paranaense).

Art. 2.º — Nos casos de florestas nativas submetidas a manejo florestal mediante projetos devidamente registrados e aprovados pelas Delegacias Estaduais do IMDF, poderão ser autorizados desbastes de árvores com diâmetro inferior ao mínimo fixado no art. 1.º, devendo, em tais casos, as Guias Florestais emitidas para a extração e transportes destinados a essas árvores ou toros mencionarem, obrigatoriamente o número do processo respectivo, para efeito de controle e fiscalização.

Art. 3.º — Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1971. Assinado João Maurício Nabuco, Presidente".

Afirmou o sr. João Luiz da Veiga Netto, Delegado no Paraná do IBDF que "esta medida corajosa do Presidente visa evitar o corte indiscriminado da floresta secundária da araucária que vai abastecer as indústrias madeiras do Estado do Paraná".

"Se a presente providência não fôsse tomada, assistiríamos em curto lapso de tempo, a um colapso total nas indústrias de produção, oriundas da araucária, tais como serrarias, fábricas de pasta mecânica, celulose e papel".

Não poderíamos deixar sem registro, nesta Casa, a nossa satisfação por essa medida que vinha sendo preconizada há muito tempo, mas que ninguém teve a coragem necessária de baixar um Portaria nesse sentido. O que nós estávamos assistindo era o abate indiscriminado dos pinheiros, levando a todos os recantos de nosso Estado o desalento, o desestímulo e, mais do que isso, os grandes prejuízos para a economia paranaense.

Tenho certeza que, com essa medida corajosa que tomou o Presidente do IBDF, as reservas de nosso Estado hão de ser preservadas, a fim de que amanhã o Paraná possa ser, novamente, como já fora outrora, o grande produtor de madeira de nosso País.

Faço este registro no sentido de congratular-me com o Presidente do

IBDF a fim de que S. Exa. tome conhecimento de que esta Casa recebeu, com satisfação, esta medida que, em última análise, vem de encontro com os interesses nacionais.

Fica aqui, pois, srs. Deputados, registrada esta nossa manifestação e pediria, neste instante, à Comissão Executiva, à Mesa Diretora de nossos trabalhos que dê conhecimento, desta nossa manifestação, ao Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal em nosso País. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA.

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constantes do Expediente. Necessitam de apoioamento. — **Apoiados.** Irão a Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**3a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 128-70, de autoria do Dep. Túlio Vargas, o Poder Executivo instituirá anualmente, através da FUNDEPAR, o "Concurso de Literatura do Paraná" e dá outras providências. — **Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.**

**3a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 153-70, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, fica criada uma Circunscrição de Trânsito em Santo Antônio do Sudoeste, com jurisdição nos Municípios que especifica. — **Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — Aprovado.**

**3a. Discussão** — do projeto de Lei n. 41-71, de autoria do Dep. Antônio Costa, que transfere para a viúva Francisca Gutierrez, a pensão mensal de Gabriela Souza Macedo alterada pela Lei n. 5.205, de 11 de dezembro de 1965. — **Parecer favorável da C.C.J. — Com Substitutivo — Aprovado.**

**3a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 93-71, de autoria do dep. Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a elevar a pensão mensal concedida à Senhora Maria Francisca Oliveira. — **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em Regime de Urgência — Aprovado.**

**2a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 215-70, de autoria do Dep. Erondy Silvério, fica denominado "Vereador Dino Gasparin", o Grupo Escolar da Vila Hauer, nesta Capital. — **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado artigo por artigo.**

**2a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 260-70, de autoria do Dep. José Alencar Furtado, fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 40,00, à Theodoro Meira. — **Pareceres favoráveis da C.C.J. e**

**— sobre ad opõe oporadiv — A O**

**2a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 11-71, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública, a "Escola 29 de Março", de Curitiba. — **Parecer favorável da C.C.J. — Em Regime de Urgência — Aprovado artigo por artigo.**

**1a. Discussão** — do Projeto de Lei n. 309-70, de autoria do Dep. Sílvio Barros, que autoriza o Poder Executivo a doar à Cooperativa de Eletrificação Rural Maripá Ltda., do Município de Palotina, material elétrico de propriedade do Departamento de Águas e Energia elétrica, que se encontra na mesma a título de empréstimo — Parecer da C.C.J. pela Rejeição — Rejeitado.

**PROJETO DE LEI N. 309-70**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Cooperativa de Eletrificação Rural Maripá Ltda., com sede no Distrito de Maripá, Município de Palotina, o material elétrico de propriedade do Departamento de Águas e Energia Elétrica, abaixo especificado, que se encontra na referida Cooperativa a título de empréstimo:

a) — Um (1) Transformador General Elétric Alta Tensão n. B 17238 — CAP. 450 KVA.

b) — Um (1) Transformador General Elétric Baixa Tensão n. B 35768 — CAP. 100 KVA.

c) — Um (1) Transformador General Elétric Baixa Tensão n. B. 33473 — CAP. 37 1/2 KVA.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1.970.

(a) Sílvio Barros

**JUSTIFICATIVA:**

A Cooperativa de Eletrificação Rural Maripá Ltda., vem prestando um serviço inestimável dentro do setor energético naquela região do Município de Palotina, face as dificuldades que vem enfrentando, justo é que o Poder Público a socorra efetivando, através da doação que ora pretendemos com o Projeto de Lei, o seu apoio e cooperação. É neste sentido que esperamos a colaboração dos nobres Pares com assento nesta Casa de Lei.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI N. 309-70**

**AUTOR:** Dep. Sílvio Barros

**P A R E C E R**

Nosso parecer é no sentido de que seja o presente Projeto de Lei, convertido em Diligências, ao Departamento de Obras e Energia Elétrica, para opinar, mesmo porque o material de que trata a iniciativa, está em poder da Prefeitura Municipal, digo, da Cooperativa de Eletrificação Rural Maripá S.A.

Sala das Comissões, em

aa) Muggiati Filho — Presidente em exercício

Emílio Carazzai — Relator

Arthur de Souza, Gilberto Carvalho, Igo Losso Acyr José

**SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE VIAÇÃO E OBRAS  
PUBLICAS**

Gabinete do Secretário

N. 392-71

Curitiba, 11 de julho de 1.971.

Senhor Secretário:

Através do ofício n. SA/392-71, de 6 de maio de 1.971, essa Secretaria encaminhou a deliberação da Comissão de Constituição e Justiça dessa Assembléia Legislativa do Estado, que converte em diligência junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica desta Pasta, o Projeto de Lei n. 309-70, que visa a doação à Cooperativa de Eletrificação Rural de Maripá Ltda, de transformadores de propriedade daquela Autarquia.

O Departamento de Águas e Energia Elétrica, através de parecer elaborado pela sua Assessoria Jurídica, se pronuncia contrário a doação dos transformadores, justificando plenamente seu ponto de vista, levando-se em conta as seguintes razões:

a) Que a referida doação vem conflitar com a orientação federal de diminuição paulatina do paternalismo estatal, bem como contraria a política estadual de Eletrificação Rural, que objetiva um tratamento igual a todas as Cooperativas;

b) Que a exposição apresentada não espelha a realidade atual, uma vez que aquele Órgão vem assistindo à Cooperativa de Eletrificação Rural Maripá Ltda., desde a época da construção das obras preliminares, não sendo nosso propósito interromper esse amparo;

c) Que a doação pretendida desvia-se do objetivo principal, pois que as Cooperativas de Eletrificação Rural não podem se cingir as despesas de capital, mas também aquelas referentes à ampliação de linha e redes, reformas e consertos;

d) Que a reserva de transformadores do D.A.E.E., para emergências futuras, ficaria prejudicada, com isso diminuindo a própria capacidade assistencial, não se esquecendo ainda, da responsabilidade que adviria, à própria cooperativa, para a manutenção e substituição eventual daqueles equipamentos.

Estes são os esclarecimentos que submetemos a Douta Comissão de Constituição e Justiça dessa Colenda Casa de Lei.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração.

CÁSSIO BITTENCOURT MACEDO — Secretário de Estado  
Excelentíssimo Senhor

Deputado Ivo Tomazoni

Digníssimo Primeiro Secretário da Assembleia Legislativa  
do Estado do Paraná

N/CAPITAL

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n. 302-70

AUTOR: Dep. Sílvio Barros

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo, a doar à Cooperativa de Eletrificação Rural Maripá Ltda., do Município de Palotina, material elétrico de propriedade do Departamento de Águas e Energia Elétrica, que se encontra na mesma a título de empréstimo.

I O presente Projeto de Lei, foi, por iniciativa desta douta Comissão de Constituição e Justiça, convertido em diligências ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, para emitir sua opinião.

II Retornou do DAEE, com opinião emitida pelo Secretário de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, que pondera, justificando seu ponto de vista, esclarecendo através sua assessoria jurídica sua posição contrária à consecução da medida pleiteada.

III Como se infere do pronunciamento do órgão técnico, daquela Secretaria de Estado, a doação conflita com orientação federal de diminuição paulatina do paternalismo estatal, bem como contraria a política estadual de Eletrificação Rural, que objetiva tratamento igual a todas as Cooperativas.

IV Reportando-me aos outros esclarecimentos prestados à fls. 3, alínea b e fls. 4-c) e d), opino pela Rejeição.

E o Parecer,

salvo melhor entendimento.

Sala das Reuniões, em 30 de junho de 1.971.

aa) Muggiati Filho — Presidente em exercício

Emílio Carazzai — Relator

Armando Queiroz, Cândido Martins de Oliveira, Gilberto Carvalho,  
Sebastião Rodrigues Júnior

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Leon Vale. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Leopoldo Batini. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso, em que, na data de ontem o Desembargador Francisco Xavier Filho, completou 50 anos de serviço publico integrado na Justiça paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Mauricio Fruet constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao sr. Francisco de Paula Xavier Filho, pela data marcante à Justiça paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao sr. Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, pelo transcurso do quinquagésimo aniversário de seu ingresso na Magistratura do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao sr. Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, pelo transcurso do seu quinquagésimo aniversário de seu ingresso na Magistratura do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Mauricio Fruet constante do Expediente, solicitando voto de regozijo a Vereadores de Curitiba, pela brilhante participação no V Congresso Nacional de Vereadores. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja enviada por esta Casa, Mensagem ao Sr. Governador do Estado, solicitando a interferencia do mesmo para a alteração do traçado atual da Rodovia PR-4. — **Em discussão.**

O SR. JOAO MANSUR — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja endereçado ao Sr. Comandante do 20 R.I. as congratulações da Casa pela brilhante participação de sua representação na Corrida do Facho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Paulo Poli, lido da Tribuna, solicitando voto de aplauso aos srs. Cassio Macedo e Dr. Wilson B. dos Santos, do DER pelo atendimento que deram a Iporã, na época em que aquela região fora vitimada por tromba de água. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Nelson Buffara, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo aos srs. Governador do Estado e Secretário da Fazenda, no sentido de que seja destinado ao Fundo Especial de Equipamento Policial, nos termos disposto pela Lei n. 6.102 de 27 de maio de 1970, o produto da receita originaria da Lei n. 5.482, de 20 de janeiro de 1967. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Quêlse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Secretário de Obras Públicas, no sentido de que suas providências as sejam estendidas a rede de luz ao populoso distrito do Bom Progresso, no Município de Sabaudia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Quêlse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando apelo ao Sr. Secretário de Obras Públicas, no sentido de que sejam tomadas providências para a reconstrução de duas salas de aula no Grupo Escolar Herminia Lupion. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Lázaro Rufino de Carvalho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício ao Sr. João Maurício Nabuco, Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, congratulando-se pela sua decisão em baixar a Portaria n. 2437, fixando em quarenta centímetros o diâmetro mínimo para o abate de árvores nativas de araucária. — Em discussão.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Peço a palavra, para discutir, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a sessão de amanhã. Requerimento de autoria do sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do artigo publicado no Jornal "Diário do Paraná", sob o título "Forum Político". — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a sessão de amanhã. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 2, à Hora Regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

3.ª Discussão — dos Projetos de Lei ns. 215-70, 260-70, 11-71;

1.ª Discussão — dos Projetos de Lei ns. 59-71, 141-71.

A Presidência também designa para sexta-feira, às 10,00 horas, a seguinte

**ORDÉM DO DIA:**

Redação Final — dos Projetos de Lei ns. 65-71, 287-71, 31-71, 38-71, 51-71.  
Levanta-se a sessão.